

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Pacto federativo na saúde

Durante agenda da saúde, na inauguração da casa do Instituto Consenso, em Brasília, Augusto Nardes (foto), ministro do TCU, defendeu, em entrevista à coluna **Repórter Brasília**, a construção de um modelo mais integrado de gestão da saúde no Brasil com foco na prevenção e na articulação entre os entes federativos.



Debate sobre políticas públicas

Na avaliação do ministro do TCU, a criação do Instituto Consenso fortalece o debate sobre políticas públicas no setor. “O Instituto Consenso é uma ideia que viabiliza um debate em torno daquilo que é vital para a vida humana, que é a saúde; sem saúde não existe perspectiva de estabilidade para uma nação”, argumentou.

Prevenção no centro da proposta

Augusto Nardes anunciou que conduz uma auditoria inédita sobre a saúde primária com ênfase na prevenção, especialmente nos sistemas de vacinação e no atendimento básico nos municípios. “Nós criamos agora uma auditoria sobre a prevenção da saúde primária, que é todo esse sistema de vacinação. Chega lá na ponta, nos municípios, no estado, mas principalmente no município e na União”, explicou.

Modelo preventivo

Segundo o ministro do TCU, “o objetivo é organizar um modelo preventivo mais eficiente, com atuação coordenada desde a base do sistema, incluindo atendimentos em unidades básicas e UPAs”.

Falta de sincronização

Augusto Nardes ressaltou que a pandemia de Covid-19 evidenciou falhas estruturais na articulação entre os diferentes níveis de governo. “Ficou demonstrado que o Brasil não tinha sincronização, não tinha transversalidade entre estados, municípios e União. Falta essa integração”, avaliou.

Modelo mais harmônico

Para corrigir essas distorções, Nardes pretende apresentar os resultados da auditoria ao Ministério da Saúde e à Confederação Nacional dos Municípios, defendendo um modelo mais harmônico de atuação. Na visão do ministro, “o Brasil tem que ter uma sincronização na saúde, tem que buscar um consenso entre estados, municípios e União”.

Protagonismo no Congresso

O ministro também destacou a importância da articulação política liderada pelo deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP) no avanço das pautas da saúde. Segundo o ministro, “o tema consenso, liderado pelo parlamentar é de grande importância para o Brasil”.

Construção de novo modelo de gestão

A proposta em elaboração no TCU busca estruturar um sistema mais eficiente, baseado na prevenção e na cooperação entre os entes federativos. Para Augusto Nardes, fortalecer a atenção primária e alinhar as ações entre União, estados e municípios é o caminho para reduzir custos, ampliar o acesso e melhorar a qualidade do atendimento à população.

Água como direito essencial

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) voltou a defender a aprovação de um projeto de sua autoria que proíbe cobranças abusivas e indevidas nas contas de água. Para o parlamentar, “o acesso à água é um direito fundamental do cidadão, e não pode ser tratado como mercadoria sujeita à lógica exclusiva do lucro”.

Sebastião Melo quer

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Após a enchente de 2024 desequilibrar as contas públicas da prefeitura de Porto Alegre, o prefeito Sebastião Melo (MDB) quer recolocar as contas no azul até 2028. Segundo Melo, o prejuízo causado pela enchente custou cerca de R\$ 1 bilhão só em gastos emergenciais. “Só tem um jeito de reverter o déficit nas contas públicas: com o desenvolvimento econômico da cidade”, projeta.

Para isso, ele elenca algumas iniciativas essenciais: a “parceirização” do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) com a iniciativa privada, a operação urbana consorciada na Avenida Ipiranga (na qual a prefeitura autorizaria a construção de edifícios em troca de investimentos privados na despoluição do Arroio Dilúvio) e a aprovação da revisão do Plano Diretor encaminhada pela prefeitura à Câmara Municipal.

Aliás, Melo acredita que a revisão do Plano Diretor proposta pela prefeitura estabelece um equilíbrio entre as áreas verdes capazes de aumentar a permeabilidade do solo e os altos índices construtivos com o objetivo de aumentar o adensamento urbano na Capital. “Se, de um lado, o projeto traz a importância dos espaços públicos; de outro, o projeto deixa o setor privado trabalhar um pouco mais liberalmente”, avalia.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o prefeito de Porto Alegre também projeta o seu futuro político. Ao agradecer pela preferência de uma ala do MDB, que quer vê-lo como candidato do partido ao governo do Estado, Melo afirma que pretende terminar o seu segundo mandato no Paço Municipal. Depois disso, ele descarta concorrer em chapas proporcionais. Mas tudo vai depender do cenário político para as eleições de 2030.

Jornal do Comércio - Os resultados orçamentários de Porto Alegre registram déficit em apenas dois anos - 2012 e 2013. Já os resultados do Tesouro registram superávit em apenas cinco anos - 2008, 2011, 2020, 2021 e 2022. Como estão as contas públicas de Porto Alegre hoje?

Sebastião Melo - As nossas contas fecharam no azul em 2021, 2022 e 2023 (pelo resultado

orçamentário). Por que passamos a fechar no vermelho? Porque (a prefeitura) não tinha uma poupança de reserva, de contingência para o tamanho do acidente climático que aconteceu em 2024. Então, eu apresentei uma conta para o presidente (Luiz Inácio) Lula (da Silva, PT), quando ele desceu do avião na Base Aérea de Canoas. Eram R\$ 12 bilhões (de gastos causados) pelo estrago geral, quase o tamanho do orçamento inteiro de Porto Alegre. E a União foi muito limitada nas questões emergenciais, os recursos para isso devem ter chegado a R\$ 150 milhões. O Estado nem fala. Foi quase zero.

JC - Da onde vieram os recursos, se a prefeitura não tinha reservas?

Melo - Nesse cenário, eu queimei os R\$ 400 milhões que tinha na caixa do Dmae. E criei outros instrumentos, como por exemplo o Refis, vendi a folha de pagamento, peguei todos os rendimentos que (a prefeitura) tinha em aplicações e botei tudo (na reconstrução da cidade). Então, hoje, a prefeitura chega à casa dos R\$ 850 milhões de déficit orçamentário, porque tivemos que botar a cidade em pé. Isso teve consequências nas contas de 2024 e 2025. Por quê? Além dos recursos para colocar a cidade em pé, eu isentei a água, a taxa de lixo e o IPTU (da população atingida pela enchente). Então, isso significou mais R\$ 200 milhões de maio a dezembro (de 2024).

JC - Qual o plano para reequilibrar as contas públicas?

Melo - O desafio agora é como equilibrar. Mensalmente, temos uma reunião entre o (departamento que cuida do) orçamento, Secretaria da Fazenda e o gabinete do prefeito. Então, as secretarias pediram R\$ 1 bilhão a mais em 2026, (o que resultou em) um orçamento de cerca de R\$ 14 bilhões. Então, eu estabeleci

uma contingência de 10% de pronto (em todas as secretarias) e o corte de, no mínimo, 10% de todos os contratos da prefeitura. Só que aí aconteceu o seguinte: se não tiver o mínimo de correção pela inflação (no contrato de coleta de resíduos sólidos), o caminhão do lixo já avisou que vai embora. Inclusive, vai ter uma nova licitação agora.

JC - Isso está acontecendo em outras áreas também?

Melo - Por que (o contrato com) a Santa Casa e a Divina Providência acabou? São dois grandes prestadores de serviço. Mas os contratos estavam desequilibrados. Enquanto alguns (prestadores de serviço na área da saúde) aceitaram a nossa proposta, eles não aceitaram. Então, a situação está muito complicada, até porque não há os ativos neste ano que tivemos em 2025. Mas vamos trabalhar firmemente para buscar um equilíbrio até o final do governo. E não existe empréstimo para custeio, para pagar funcionários, Previdência.

JC - A meta é voltar a fechar as contas no azul até 2028?

Melo - Vamos trabalhar para isso. Mas só tem uma maneira de reverter o déficit das contas públicas...

JC - Como?

Melo - Com o desenvolvimento econômico da cidade. Se eu comparar a cidade com um trem, o desenvolvimento econômico é a locomotiva que puxa os outros vagões. Se não tiver atividade econômica, não tem riquezas. Se não tem riquezas, não tem impostos. Se não tem impostos, não entra dinheiro na caixa da prefeitura. Então, precisamos retomar a economia em sua plenitude. Tem a “parceirização” do Dmae, que é um grande caminho. Tem o Plano Diretor, que vai ajudar a retomar o crescimento. Tem a operação urbana consorciada na Avenida Ipiranga. O



“A situação está muito complicada, até porque não há os ativos neste ano que tivemos em 2025”